

DISCUTINDO A INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO GERAL E PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO

Ilma de Andrade Barleta - UNIFAP

André Lins de Melo - UNIFAP

RESUMO: este artigo objetiva investigar como vem sendo desenvolvido a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível técnico a partir do decreto 5.154/2004 em uma escola do sistema estadual de ensino. Para isso, foi realizada análise documental do Plano de Curso da área Gestão de Vendas. Assim, ressalta-se a importância de compreender os pressupostos teóricos e políticos que contribuem para uma leitura favorável à classe trabalhadora quanto à necessidade de superação da histórica dualidade entre educação geral e profissional. E também perceber as contradições presentes na tentativa de integração prevista no Decreto 5.154/2004 e nos documentos de sua regulamentação. Sobre o estudo em tela, é possível considerar que existe uma tendência de continuidade das expectativas privadas na organização e direção do ensino médio integrado.

Palavras-chave: dualidade estrutural da educação; Ensino Médio; formação.

INTRODUÇÃO

Frente à importância de se aproximar da organização do espaço escolar, o presente estudo tem como objetivo principal investigar como vem sendo desenvolvido a integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional de nível técnico a partir do decreto 5.154/2004 em uma escola do sistema estadual de ensino.

Assim, revela-se a necessidade de analisar como a escola prepara sua proposta educativa diante da histórica dualidade entre educação geral e profissional que se expressa no nível médio de ensino e que tem sua origem na divisão social da sociedade de classes.

Para tanto, são abordados primeiramente os pressupostos para integração entre educação geral e profissional, na tentativa de elucidar os fundamentos teóricos que apontam para não separação entre trabalho manual e intelectual, e as condições históricas que conduziram para dicotomia apresentada hoje pela organização escolar de nível médio.

Em segundo, é realizada uma discussão sobre a “integração” entre Ensino Médio e Profissional, revelando as contradições presentes na tentativa de integração impulsionada pelo Decreto n. 5.154/2004. Para isso, tem-se como guia a análise documental realizada em uma escola pública de Macapá que oferece a modalidade de Ensino Médio Integrado.

Por fim, são apresentadas as considerações finais que indicam a forte influência da lógica mercantil na organização da escola pública, que se apresenta como campo de disputa de interesses de ordem privada e coletiva. Assim, chama-se atenção para fecundidade que essa temática possui em tempos de reestruturação produtiva e reformas educacionais, devendo ser investigada para clarear as relações sociais materializadas na escola.

1 Pressupostos para integração entre educação geral e profissional

Segundo Antunes (2001), a sociedade tem presenciado fortes transformações em decorrência das necessidades de reestruturação das bases produtivas, do neoliberalismo e da acumulação flexível que possuem aspectos negativos como: o desemprego

estrutural e a precarização do trabalho, entre outros, conduzidos pela lógica da produção de mercadorias que contribui para a degradação da relação entre homem e natureza.

Diante das reformas que a escola vem sofrendo neste momento histórico, marcado pela “flexibilização” das relações de trabalho, é interessante retratar o tipo de educação escolar que se deve privilegiar. Nesse contexto, os novos requisitos educacionais e de escolarização trazem à tona o debate sobre a controvérsia educação geral ou técnica.

No que concerne essa dualidade a história das instituições escolares nos ajudam a entender os processos estruturais que marcam a separação trabalho manual e trabalho intelectual, que justificavam a divisão do mundo produtivo, ou seja, a formação de grupos dirigentes e de grupos que irão vender a força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Embora o imaginário social atribua à escola a função de preparar para o mercado de trabalho, vale ressaltar segundo Manfredi (2002), que a constituição da escola não esteve vinculada para essa finalidade, tendo sido criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção. Nesse momento, a formação para o trabalho se efetivou na dinâmica da vida social, ou seja, fora das instituições de formação oficial.

Assim, o processo de aprendizagem informal, que contemplava o domínio dos métodos e técnicas das tarefas desenvolvidas foi o espaço escolar dos sujeitos da classe popular. Sendo que, “... os trabalhadores pré-industriais controlavam seu processo de trabalho...” (MANFREDI, 2002, p. 37).

Isso era possível porque as sociedades pré-industriais tinham sua economia baseada na subsistência e na coletividade, utilizando técnicas e instrumentos de produção rudimentares onde todos os indivíduos da comunidade tinham acesso, independente dos seus recursos financeiros ou nível de escolaridade.

Esse cenário foi modificado com o advento do avanço científico-tecnológico. A sociedade passou a organizar sua produção guiada pelos interesses daqueles que possuíam os meios e as técnicas para esse processo, contando também com a exploração de uma classe desprovida das condições materiais, e o trabalho agora estranhado (ANTUNES, 1999), rompe a relação orgânica entre homem e natureza e passa a ser condição indispensável para subsistência humana. A partir daí o sujeito precisa vender

sua força de trabalho para quem detêm os meios de produção, ou seja, a propriedade privada.

A nova realidade social precisa de uma escola que prepare os sujeitos exigindo formação diferenciada para classes sociais distintas. Sobre isso, é possível dizer que a origem de classe é fator determinante para o papel que o sujeito irá assumir na atividade produtiva e conseqüentemente para definir o tipo de formação que irá receber (geral ou técnica).

Atualmente, a sociedade capitalista vivencia momentos de reestruturação produtiva apresentada pelo desenvolvimento das relações econômicas e para continuar seu projeto de dominação organiza as instituições do Estado burguês para conduzir o proletariado ao caminho que lhe cabe dentro da divisão social e técnica do trabalho, embora no discurso isso seja ocultado pela proclamada preocupação com o trabalhador.

Estabelecem-se novas relações entre trabalho, ciência e cultura, a partir das quais constitui-se historicamente um novo princípio educativo, ou seja, um novo projeto pedagógico por meio do qual a sociedade pretende formar os intelectuais/trabalhadores, os cidadãos/produtores para atender às novas demandas da globalização da economia e pela reestruturação produtiva... (KUENZER, 2006, p.37).

Essa dinâmica social também apresenta o desemprego estrutural, tendo em vista o caráter excludente do capitalismo, que a partir de uma estratégia ideológica culpa a escola pelo não ingresso dos sujeitos no mercado de trabalho. Assim, a falta de oportunidade para vender a força de trabalho se resume em uma questão estritamente pedagógica.

Com efeito, as mudanças educacionais com as transformações vividas na base econômica, também são reveladoras da mediação exercida pelo Estado na organização da sociabilidade e na regulação das relações produtivas. Sobre isso, destaca-se que:

Na história da formação do capitalismo no Brasil, o Estado se torna o lugar privilegiado do capital. Por isso, o discurso do poder é principalmente o da economia, das razões do capital; e não o da política, no sentido de dirigência, hegemonia. Isto é, o discurso político apenas recobre o jogo das forças produtivas, o privilégio do capital, dos interesses de setores ou classes dominantes (IANNI, 2004, p. 263).

É notório que a ação política do estado tem atuado no sentido de evitar pôr em discussão os fundamentos e contradições da atual ordem social, para isso, no campo do discurso o esforço é no sentido de garantir o consenso das classes na medida em que “o

Estado moderno, enquanto aparato jurídico-representativo e enquanto aparato ideológico, torna-se o instrumento precípua da manutenção das relações sociais de produção, isto é, da ‘ordem econômica constituída’” (ROSSI, 1980, p. 39).

Essa ideia também é discutida por Shiroma (2007) em seu livro *Política Educacional*, o qual revela que o Estado, impedido de superar as contradições contidas na sociedade, da qual também está fundado, acaba por atuar na sua administração, suprimindo-as no plano formal e mantendo sob seu controle os conflitos. Quando se fala de educação, tática e estrategicamente sua centralidade relaciona-se, para o estado capitalista, tanto para a intervenção ligada aos interesses gerais do capital, quanto para a sua não desobrigação em intermediar os conflitos das distintas forças sociais.

Em face dessas contradições, o esforço deve ser no sentido de “... garantir o direito de acesso aos conhecimentos socialmente construídos, tomados em sua historicidade, sobre uma base unitária que sintetize humanismo e tecnologia...” (FRIGOTTO, 2004, p. 41). Sobre isso Gramsci (1981), propõe a escola unitária, de cultura geral, que estabeleça o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Essa escola deve fundamentar-se na igualdade de oportunidade e na criação de novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial.

Tomados os princípios de Gramsci sobre a escola, é preciso então reconhecer que “... uma sociedade que define como centro de sua organização as múltiplas, diversas e históricas necessidades humanas terá como projeto educativo o desenvolvimento omnilateral do homem...” (FRIGOTTO, 1994, p.51). Importa saber como a escola pode concretizar esse desejo, criando novos comportamentos que fortaleçam o coletivo na busca da construção de uma sociedade justa que privilegie o homem e não o capital.

Sobre a tentativa de se concretizar a escola unitária, em meados da década de 1980, se intensificou a mobilização da sociedade civil, tendo como principal representante o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, para embate político em torno da democratização efetiva do Nível Médio de Ensino através de um caráter integrador a ser sinalizado em uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

A origem recente da idéia de integração entre a formação geral e educação profissional, no Brasil, está na busca da ruptura do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira e nas lutas

pela democracia e em defesa da escola pública nos anos de 1980 (...) nele se buscava assegurar uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica assumindo o conceito de politécnica. (CIAVATTA, 2005, p. 87-8)

Este princípio integrador foi abalado com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 e, em seguida, com o Decreto 2.208/1997¹, que asseguraram de forma autoritária as novas exigências de formação do trabalhador segundo as determinações da acumulação flexível (formação polivalente).

Na tentativa de superação da dicotomia entre trabalho manual (instrução profissional) e trabalho intelectual (instrução geral), e do resgate do princípio educativo pautado na formação integral no Ensino Médio, que mediante embate entre ideais progressistas e conservadores que se conseguiu chegar ao Decreto 5.154/2004² e a revogação do Decreto 2.208/1997.

Sabe-se, no entanto, que as (re)definições das concepções e identidades das escolas brasileiras vem tentando ser feitas mediante leis e decretos, negando nesse processo a ampliação da participação de setores comprometidos com a classe trabalhadora na tomadas de decisões sobre os rumos da educação, e sobretudo resumindo-se a mudanças conjunturais.

2 Um olhar sobre a “integração” entre Ensino Médio e Profissional

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que a promulgação do Decreto n. 5.154/04 deveria ter sido uma transição para mudanças na organização da educação de nível médio e profissional técnica. Nesse processo seria necessária a atuação e debate popular, porém o que ocorreu foi uma incipiente participação da sociedade civil. O que acarretou na fragmentação da proposta de integração.

Em função da realidade ditada pelo Decreto n. 5.154/2004, que permite a forma integrada entre ensino médio e educação profissional técnica, o Ministério da Educação (MEC) foi reestruturado passando para a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica o ensino médio, e sob a competência da Secretaria de Educação Média e Tecnológica o ensino técnico.

¹ Estabelecia que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio...” (art. 5º).

² Regulamenta que a Educação Profissional de nível médio seja desenvolvida de forma articulada ao Ensino Médio.

As medidas organizacionais adotadas pela equipe do MEC explicita que a política implementada para a integração trouxe em sua formatação aspectos contraditórios que também se expressam na sua concepção pedagógica. É bom lembrar que antes da reorganização do MEC a integração do ensino médio com a educação profissional havia sido pensada sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura.

Quanto aos documentos que regulamentam o Decreto 5.154/2004, pode-se dizer que o Parecer CEB/CNE n. 39/2004 reconhece a forma integrada garantindo curso, matrícula e conclusão únicos. No entanto, contraditoriamente estabelece que os conteúdos do ensino médio e da educação profissional são de natureza distinta. Com isso, o currículo integrado assume compreensão pedagógica diversa (cidadania, trabalho manual, trabalho intelectual, formação técnica).

Assim, a concepção de Ensino Médio Integrado que para Ramos (2004) seria justamente a relação orgânica em um único currículo da formação humanística e tecnológica, passa a ser visto como justaposição de conteúdos de vertentes diferenciadas (ciência e trabalho). O que evidencia a fragmentação dessa proposta educativa que vem se construindo de maneira simultânea e não integrada.

Notadamente, as reformas que permeiam a educação, como a que permitiu promulgar o Decreto nº 5.154/2004, trazem para as escolas perspectivas de mudança e de qualidade no ensino. No entanto, é necessário discutir amplamente o tipo de transformação ou projeto educativo que se pretende, o que requer considerar a escola organicamente relacionada às várias determinações da ordem social.

Mesmo reconhecendo que a separação entre a formação geral e a formação técnica não tenha sido resolvida com a promulgação do Decreto nº 5.154/2004, até porque a estrutura social assim não permite, é interessante investigar as tentativas de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional que vêm sendo construídas a partir das reformas do ensino médio como respostas ao disposto no Decreto nº 5.154/2004, em especial nas escolas do sistema estadual de ensino em Macapá.

Tendo como referência basilar as experiências de implantação do Ensino Médio integrado em uma escola do sistema estadual de ensino em Macapá-AP, é interessante apresentar suas propostas de integração entre educação geral e profissional no nível médio.

2.1 Ensino Médio Integrado em Gestão de Vendas

Escola Estadual Professora Carmelita do Carmo, situada na Rua Barão de Mauá, no bairro Buritizal. Esta instituição de ensino foi criada através do Decreto nº 0593/93, de 02 de abril de 1993, do então Governador Aníbal Barcellos e inaugurada no dia 07 de abril de 1993. Inicialmente, a escola começou a funcionar com 11 (onze) turmas de alunos do ensino de 1ª à 4ª série do ensino de 1º grau.

O contexto educacional que favoreceu a criação da escola foi a necessidade de suprir a carência de vagas no Ensino Fundamental na comunidade, já que existia uma demanda muito grande de crianças que precisavam de acesso a escola e o bairro não tinha instituições suficientes (PPP, 2007, p. 04).

No dia 11 de abril de 1994, através de Portaria nº 168/14-SEECE, a Secretária de Educação, percebendo a necessidade de dar prosseguimento às metas estabelecidas no Plano Decenal de Educação do Amapá e também a necessidade de ampliar a oferta do curso de 2º grau profissionalizante no Estado, resolve implantar o Curso de Formação de Professores do pré-escolar à 4ª série do ensino de 1º grau na escola. O processo de implantação do curso se deu de forma gradativa.

Em decorrência da aprovação da LDB nº 9394/1996 e da promulgação do Decreto nº 2.208/1997, a Educação Profissional separa-se do Ensino Médio. Com efeito, em 2000 é implantado o Ensino Médio. Este nível de ensino é introduzido no colégio gradativamente. Neste mesmo ano, inicia-se a extinção do Curso de Formação de Professores na escola. O Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série também é extinto gradativamente e, em 2002, concluíram as últimas turmas de 4ª série. Com a extinção do Curso de Magistério de nível médio a escola passa a ofertar o Ensino Médio e Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série. E, a partir de 2007, também são oferecidas vagas para a modalidade de Ensino Médio Integrado.

Ao analisar o Plano de Curso que norteia as ações pedagógicas voltadas para necessidade de integração entre educação profissional técnica e ensino médio ditado pelo decreto 5.154/2004, indentificou-se na justificativa e no objetivo do curso que uma das motivações para sua implantação foi o entendimento de que:

Há um índice de desemprego muito alto entre jovens e adultos, que não encontram vagas de trabalho por falta de experiência e qualificação principalmente, o que limita em muito as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho (Plano de Curso, 2006, p. 01).

Tal afirmativa foi fruto de pesquisa qualitativa realizada em 2004 pela área de Ciências Humanas e suas Tecnologias na comunidade em que a escola está situada. Considerando o caráter mercadológico presente no fragmento supracitado é oportuno falar da finalidade do Ensino Médio que deveria envolver os elementos que lhe confere sentido: sujeitos e conhecimento, sendo o homem e a garantia de seus direitos sociais o foco da educação escolar (RAMOS, 2004).

É notória uma perspectiva formativa voltada para o desenvolvimento de competências como mecanismos de adaptação à realidade dada. Nesses termos “a formação e qualificação de trabalhadores nessa área (Gestão de Vendas) se faz necessário para atender a demanda do mercado que exige qualificação para os novos candidatos a uma vaga de emprego” (Plano de Curso, 2006, p. 02).

Um dos objetivos do curso é apontado da seguinte forma:

Capacitar profissionalmente o educando para atuar em todos os segmentos da área de vendas, documentação, informação e pesquisa das empresas, utilizando-se de competências e habilidades adquiridas na sua formação técnica para um bom desempenho profissional e a rápida solução de problemas criados no dia-a-dia da empresa (Plano de Curso, 2006, p. 03);

É perceptível uma separação pontual entre formação geral e técnica, o que de que recai negativamente na concepção de escola unitária que se buscou resgatar no embate teórico e político no momento da reforma do ensino médio e da educação profissional. Assim, é preciso (re)afirmar que “a escola unitária não ensina propriamente a trabalhar, mas a estudar o fenômeno do trabalho (...) objetiva entender o mundo do trabalho, refletir sobre ele” (NOSELLA; TEODORO, 2008, p. 17).

Quanto ao perfil de saída do aluno do curso Gestão em Vendas, em linhas gerais, direcionam para o enquadramento do sujeito na lógica mercantil, incorporando a questão da polivalência no exercício de múltiplas funções. Para ilustrar, destaca-se que “ao término do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Gestão de Vendas, o Técnico em Gestão de Vendas deverá ser capaz de entender a organização da empresa e sua razão de ser; seus modelos de gestão, políticas e objetivos” (Plano de Curso, 2006, p. 05).

No que diz respeito à organização curricular, a matriz curricular do curso é constituída de: um **Núcleo Comum**, que integra as disciplinas das três áreas do conhecimento do Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Uma **Parte Diversificada**, que integra disciplinas voltadas para uma maior compreensão das relações existentes no mundo do trabalho e os conhecimentos acadêmicos; **Formação Profissional**, que integra as disciplinas específicas da Área de Gestão e Comércio.

A organização curricular é um desafio que deve superar o primeiro movimento no qual se percebe a junção/articulação dos conhecimentos/conteúdos que compõem a proposta curricular, o passo a ser dado é passar da articulação para a integração. Tendo como guia o entendimento que “a politecnicidade supõe, portanto, uma nova forma de integração de vários conhecimentos, que quebra bloqueios artificiais que transformam as disciplinas em compartimentos específicos, expressão da fragmentação da ciência (KUENZER, 2004 p. 89).

É preciso romper com a forma curricular fragmentada, para isso a ruptura terá que se dar no interior da cada escola, pelo conjunto de professores, mas também na legislação rompendo a visão dicotômica entre a natureza dos conteúdos gerais e específicos sugerida no Parecer 39/2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças apresentadas pelo contexto educacional acompanham, em certa medida, a dinâmica de valorização do capital. Em decorrência disso, é perceptível movimento contraditório nos projetos de educação defendidos pela sociedade civil e as ações efetivadas no âmbito dos sistemas de ensino.

Tendo em vista, o atual contexto de transição que acompanha a reforma de ensino médio e da educação profissional, o momento é fecundo para questionamentos, mais do que para conclusões.

Assim, foi perceptível nesse estudo a tendência de formar mão-de-obra para o sistema produtivo em detrimento de uma formação ampliada do sujeito. Isso pode

revelar as características privadas da educação pública que planeja, através de sua organização curricular e educativa, propostas que atendem os anseios e necessidades da atual configuração do mercado de trabalho marcado, entre outros elementos, pela flexibilização do trabalhador e pelo treinamento para o exercício de uma profissão ao final da educação básica, limitando o aluno quanto ao acesso à níveis mais elevados de escolaridade

Diante disso, a formação geral integrada è profissional na escola pesquisada possui características de adequação as exigências da “sociedade do conhecimento” que visa à ampliação dos bens privados e a complexificação das atividades produtivas, garantidas pela apropriação da força de trabalho e da intelectualidade do sujeito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernando; PARO, Vitor Henrique (Orgs). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Decreto n. 5. 154** de 23 de julho de 2004.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **As mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora**: politecnia, polivalência ou qualificação profissional. In: MACHADO, Lucília Regina et al. **Trabalho e educação**. São Paulo: Papyrus, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do decreto 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____ (Orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Estadual Prof^a. Maria Carmelita do Carmo**. Macapá-AP: 2007

PLANO DE CURSO. **Escola Estadual Prof^a. Maria Carmelita do Carmo**. Macapá-AP: 2006.

ROSSI, Wagner R. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico a economia capitalista**. São Paulo: Moraes, 1980.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.